

Resenha: de Boer, Karin. *Kant's Reform of Metaphysics: The Critique of Pure Reason Reconsidered*. Cambridge University Press, 2020.

Luis Fellipe Garcia *

Ludwig Maximilians Universität München (Munich, Germany)

Se poucos filósofos tiveram um impacto tão significativo na história das ideias como Immanuel Kant, poucos tiveram tampouco uma recepção tão diversa. Com efeito, se, por um lado, ele já foi considerado como um “libertador da humanidade” (Fichte, *Beitrag zur Berichtigung* – GA I/1, p. 255) cuja filosofia fez surgir “uma nova espécie de verdade” (Schelling, *System des transzendentalen Idealismus* – HKA I/9.1, pp. 23–24), por outro lado, ele é igualmente associado à imagem do “destruidor de tudo” [*alles zermalmende*]” (Mendelssohn, *Morgenstunde*, p. 3), que teria trazido a metafísica a seu fim (Lebrun, 2003) e encerrado o conhecimento no interior dos “limites da sensibilidade” (Strawson, 1975) graças a um procedimento que manifestaria uma espécie de humildade epistêmica (Langton, 1998). A filosofia de Kant parece assim compatível com as mais diversas descrições: de “anunciador de uma nova verdade” a “cético destruidor” ou “humilde pensador”.

Parte dessa dificuldade, e da riqueza de interpretações que ela proporciona, pode ser explicada por aquilo que Friedrich Schlegel perspicazmente identificou como um elemento complicador da *Critica da Razão Pura*, a saber, o fato de que ela opera simultaneamente em dois níveis que se sobrepõem: o da crítica da faculdade de conhecer e o da crítica da filosofia (*Philosophische Vorlesungen* 1804, pp. 240–41). Uma complicação suplementar é oriunda do estabelecimento, na segunda metade do século XIX, de uma nova disciplina filosófica, a teoria do conhecimento ou epistemologia (Woleński, 2004, p. 3), o que contribuiu para que o movimento, que passou a ser conhecido como neokantismo, associe a obra de Kant à recém-criada disciplina, como se vê de modo paradigmático na obra de Hermann Cohen *Kants Theorie der Erfahrung* de 1871. Desde então, uma leitura epistemológica da obra kantiana, que se concentra sobre o nível identificado por

* luisfellipegarcia@gmail.com

Schlegel como “crítica da faculdade de conhecer”, tem – com poucas, mas importantes exceções como Martin Heidegger e Max Wundt – dominado a recepção da filosofia kantiana, a qual é usualmente associada a uma teoria da experiência (Strawson, 1975; Paton, 1936) e do conhecimento (Guyer, 1987; Allison, 1983). Contra essa corrente que acabou por exagerar um aspecto da obra de Kant e por isolá-la tanto dos trabalhos de seus antecessores como de seus sucessores, o livro de Karin de Boer *Kant's Reform of Metaphysics – the Critique of Pure Reason Reconsidered* aparece como uma saudável contrapartida.

Ao ressaltar o fato de que a *Crítica da Razão Pura* não é apenas um livro sobre a faculdade humana de conhecer, mas também – e mesmo sobretudo – um livro sobre a filosofia tal como praticada até então, de Boer avança a hipótese de que Kant não foi “o destruidor de tudo”, mas antes *um reformador da metafísica* que lhe precedeu, e de cuja estrutura e materiais ele se serviu na construção de seu próprio projeto. Tal procedimento tem um duplo mérito. Em primeiro lugar, de um ponto de vista histórico, ele nos permite entender melhor a relação da obra de Kant tanto com o trabalho de seus predecessores, sobre o qual de Boer se concentra, como com o trabalho de seus sucessores, para o qual ela abre o horizonte. Em segundo lugar, de um ponto de vista sistemático, tal procedimento projeta uma luz revitalizante sobre os estudos kantianos. Com efeito, se, por um lado, a proposta parece transformar o Kant da revolução copernicana em um reformador mais comedido, ela resulta, por outro lado, em uma apreensão do projeto da *Crítica* não como um projeto de limitação da mente humana nos limites da sensibilidade, mas como uma empresa libertadora que abre o horizonte para um novo modo de fazer filosofia.

Para tanto, o livro propõe, à luz de uma reconstrução da metafísica de Christian Wolff (capítulo 1) e do percurso kantiano nas décadas que precederam a publicação da primeira crítica (capítulo 2), reconsiderar os problemas centrais da analítica transcendental (capítulos 3 a 7), tendo em vista o objetivo kantiano de transformar a metafísica em uma ciência sistemática, cuja estrutura é esboçada no último capítulo (8). A hipótese central, formulada com clareza e lucidez desde a introdução, é reler a *Crítica da Razão Pura* como uma obra cujo objetivo central é o de estabelecer não as condições de possibilidade da experiência, mas *as condições de possibilidade da metafísica*, recuperando assim uma dimensão central da obra kantiana obscurecida por leituras excessivamente epistemológicas. A fim de se contrapor a essa tendência de recepção que acabou por se tornar dominante, o livro se associa a uma nova corrente na literatura especializada que busca reconstruir o contexto intelectual da obra kantiana, em particular sua relação às metafísicas de Wolff e Baumgarten – como se vê nos trabalhos de Eric Watkins, Karl Ameriks, Günter Zöller, dentre outros.

O primeiro capítulo é dedicado à reconstrução da metafísica que a *Crítica* deveria reformar, a saber, aquela “do célebre Wolff” (KrV, BXXXVI).

Reconhecendo as críticas formuladas por Kant a seu predecessor, de Boer busca trazer ao primeiro plano aquilo que da filosofia de Wolff foi preservado, a fim de proporcionar uma imagem mais equilibrada do engajamento kantiano com “o maior de todos os filósofos dogmáticos” (idem.). Com base em um rico suporte bibliográfico, de Boer mostra como Kant renovadas vezes, como por exemplo em uma carta a Kästner de agosto de 1790, sustenta que a sua “intenção” era a de “alcançar o mesmo objetivo” que a filosofia Leibniz-Wolffiana “com base em um desvio que estes grandes homens consideraram supérfluo”, o que se tornaria mais claro apenas quando ele executasse “o plano de estabelecer a metafísica em um sistema coerente” (Br, AA 11: 186; citado por de Boer, p. 18). Para explicitar tal intenção mencionada por Kant, de Boer apresenta uma rica e nuançada imagem da recepção kantiana de Wolff. Por um lado, argumenta a autora, Kant preserva de Wolff a ideia da metafísica “como um sistema abrangente dos conceitos e princípios constitutivos de todo conhecimento de objetos” bem como “a ideia de que tal sistema deve ser estabelecido por um método rigoroso” (p. 42); por outro lado, na esteira de Crusius, Hume e Locke, Kant estabelece que a metafísica deve estipular as suas próprias fronteiras a partir de uma análise do modo como a mente humana produz conceitos e princípios (p. 43).

Essa distinção entre uma parte a ser preservada da metafísica de Wolff e uma parte a ser transformada abre o horizonte para a tese da reforma da metafísica a ser elaborada ao longo de todo o livro. Assim, tal distinção fornece, *no segundo capítulo do livro*, o pano de fundo da reconstrução da trajetória intelectual kantiana até a *Critica da Razão Pura* cujo fio condutor é aquilo que a autora denomina de dupla vertente da concepção kantiana de crítica. A primeira vertente (V1) é aquela que censura a metafísica por permitir que determinações sensíveis afetem juízos que deveriam ser puramente intelectuais; tal vertente é elaborada na Dissertação de 1770 e serviria para defender a metafísica Leibniz-wolffiana doravante convertida em uma empresa puramente intelectual. Já a segunda vertente da noção de crítica (V2) é aquela que avalia a referência de tais juízos intelectuais no que diz respeito à possibilidade de considerá-los como objetos de cognição; tal vertente, elaborada a partir de 1772–73, constitui uma ruptura com a metafísica de Wolff. Dado que a *Critica da Razão Pura* é composta por essas duas vertentes, ela busca reformar a metafísica de Wolff, preservando V1 de modo qualificado (graças a uma distinção rigorosa entre o sensível e o inteligível) e alterando V2 (a tendência da metafísica a objetivar – ou reificar – as suas referências). Lida nesses termos a nova metafísica deve não apenas restringir o intelecto nas suas pretensões de objetivação (V2), mas também restringir a sensibilidade na sua tendência a se imiscuir em juízos puramente intelectuais (V1 – p. 70).

A partir dessa reconstrução histórica, a autora se engaja a reconstruir, entre os capítulos 3 e 7, o argumento da analítica transcendental. Para tanto, ela se concentra sobre duas noções centrais do método kantiano – a noção de

transcendental (capítulo 3) e de coisa em si (capítulo 4) – e sobre três passagens do argumento da analítica: a dedução transcendental (capítulo 5), o esquematismo (capítulo 6) e a anfibolia dos conceitos da reflexão (capítulo 7). Em cada momento da reconstrução, a distinção entre as duas vertentes da crítica, a wolffiana reformada sobre a pureza dos conceitos e a anti-wolffiana sobre a concepção de objeto de cognição, desempenhará um papel importante. Assim, é a partir dessa distinção que de Boer, *no terceiro capítulo*, propõe reavaliar o significado do termo transcendental. Com base novamente em uma rica reconstrução histórica da noção de *scientia transcendentalis* tal como empregada por Wolff, a autora argumenta que Kant emprega o termo transcendental, por um lado, em continuidade com a tradição wolffiana, para se referir aos conceitos e princípios constitutivos de toda cognição, e, por outro lado, em descontinuidade com os wolffianos, para se referir à investigação das condições do uso legítimo de tais conceitos e princípios. No primeiro sentido, o termo é concebido como *uma investigação de primeira ordem* que visa estabelecer os princípios e conceitos estruturantes de todo o horizonte do saber, tal investigação é associada pela autora à noção de *filosofia transcendental*. No segundo sentido, termo é concebido como *uma investigação de segunda ordem* que deve preparar o terreno para a construção do sistema de conhecimentos visado no seio da primeira ordem, esse nível superior de investigação é associado pela autora à noção de *crítica transcendental*. A crítica transcendental, ausente em Wolff, seria assim a responsável pelo aprofundamento da reforma da filosofia transcendental, presente em Wolff em uma versão insatisfatória e que deve ser justamente transformada para que a metafísica se torne uma ciência.

A partir desse instrumental conceitual, a autora se engaja no quarto capítulo com aquela que é possivelmente a questão mais espinhosa na recepção da *Crítica da Razão Pura*, a saber, o problema da coisa em si. A partir de um engajamento cuidadoso com o texto e com a literatura secundária, a autora busca distinguir as camadas de significado dos termos “coisa em si”, “númeno” e “objeto transcendental”, todos eles associados à investigação de segunda ordem sobre a legitimidade do uso de conceitos como instrumentos de cognição de objetos. De modo bastante resumido, a autora sugere que grande parte da dificuldade e perplexidade causada pela noção de coisa em si é oriunda do fato de que a recepção kantiana, influencia sem dúvida por algumas passagens da *Crítica*, tratou tal noção como fundamental para solucionar o problema filosófico da afecção. A autora nega, contudo, que o problema da afecção pertença ao escopo da filosofia kantiana, dado que a investigação de primeira ordem partiria simplesmente do senso comum de que somos afetados, ao passo que a investigação de segunda ordem examinaria as condições de possibilidade da objetivação de cognições. De modo exemplar, a autora busca antecipar e enfrentar uma série de possíveis objeções ao seu argumento, mostrando, assim, por um lado, a fertilidade da proposta e, por outro lado, uma admirável abertura e disposição ao debate.

Não menos espinhoso é o tema central do capítulo 5: a dedução transcendental das categorias. Fiel ao seu objetivo de reconstruir o projeto da *Critica* a partir da intenção kantiana original, a autora se concentra sobre a primeira edição da obra, e, portanto, sobre a Dedução A, da qual ela busca fornecer uma interpretação que dê conta tanto de sua vertente negativa, a limitação do domínio do conhecimento objetivo possível, como na sua vertente positiva, a legitimação do conhecimento a priori de objetos. Central para a interpretação proposta por de Boer é a promoção de um deslocamento da compreensão habitual da dedução, a saber: tratá-la como um argumento para estabelecer não tanto as condições de possibilidade do conhecimento empírico, mas as condições sob as quais a metafísica pode aspirar ao conhecimento a priori de objetos. Quando a dedução é lida nesses termos, a fundamentação da possibilidade da experiência aparece como um resultado derivado do argumento. A reconstrução da dedução subjetiva é focada nas “duas vertentes complementares da espontaneidade” (p. 152): a apercepção transcendental, responsável pela síntese intelectual; e a imaginação transcendental, responsável pela síntese combinatória de dados sensíveis. Já a reconstrução da dedução objetiva busca explicar como essas duas vertentes da espontaneidade se associam necessariamente às categorias para poder produzir cognições *de objetos*, isto é, representações conscientes do diverso sensível reunido enquanto *unidade*. Tal unidade depende, por um lado, da unidade fornecida pela espontaneidade intelectual dos juízos e, por outro lado, da unidade fornecida pela espontaneidade em operação na apreensão e combinação de representações: a imaginação transcendental pela qual a unidade do sentido interno é assegurada. Segundo a autora, o resultado de tal argumento é duplo: de um ponto de vista positivo, contra Hume, ele mostra que o uso dos conceitos puros é *legítimo* desde que eles sejam empregados para produzir objetos de cognição empírica; de um ponto de vista negativo, contra Wolff, o uso dos conceitos puros para cognição de objetos é *ilegítimo* se ele não envolve a síntese realizada pela imaginação transcendental na sua atividade de apreensão e combinação e, portanto, se tais conceitos não se referem a objetos temporais.

A ênfase na imaginação transcendental na reconstrução da dedução abre o horizonte para um dos argumentos centrais do livro, o qual é desenvolvido no capítulo 6 dedicado ao esquematismo. Segundo este argumento, a reforma da metafísica proposta por Kant depende de uma explicitação do fato de que as regras de unificação de representações fornecidas pelos conceitos puros não podem ser empregadas para produzir cognições de objetos puramente intelectuais, na medida em que tais regras dependem de condições não-intelectuais chamadas por Kant de *esquemas* (p. 164). A autora propõe que se distinga assim entre: (i) os conceitos puros esquematizados, que, enquanto estruturas temporais, resultariam em uma metafísica geral (ou ontologia) reformada; e (ii) os conceitos puros não-esquematizados, cujos referentes não-temporalizáveis (Deus, o mundo enquanto tal

e a alma) não podem ser transformados em objetos de cognição. A autora propõe chamar essa dupla abordagem dos conceitos puros fundada na sua leitura do esquematismo de “teoria dos dois aspectos dos conceitos puros” (p. 165). Assim, contra a leitura usual que reconstrói o problema do esquematismo como a tentativa de construir uma ponte para cobrir um fosso entre a sensibilidade e o entendimento, a autora sugere que os esquemas estejam sempre em operação nos conceitos puros do entendimento, de modo que o objetivo da discussão kantiana do esquematismo seria o de mostrar que o erro da metafísica pré-kantiana foi o de justamente ter feito abstração dessa dimensão sensível dos conceitos puros, buscando assim aplicá-los a objetos puramente intelectuais. Esquemas e categorias seriam destarte dois aspectos dos conceitos puros do entendimento.

O capítulo 7 concentra-se sobre o apêndice do último capítulo da *Analítica Transcendental* intitulado por Kant “Da Anfibolia dos Conceitos de Reflexão”. De Boer argumenta que, apesar de o texto parecer ser “uma crítica esquemática da monadologia leibniziana”, ele tem na verdade um objetivo consideravelmente mais ambicioso, a saber, “explicitar a raiz das ontologias falaciosas de seus predecessores bem como as medidas necessárias para transformar esta disciplina [a ontologia] em uma ciência” (p. 191). Com base, mais uma vez, em uma reconstrução da recepção kantiana de Wolff, a autora sugere, na esteira de Longuenesse (1998, pp. 133–34), que Kant segue Wolff ao considerar a reflexão como um princípio operante na formação de conceitos e juízos. Bem entendido, ressalta de Boer, com duas importantes diferenças em relação a Wolff: primeiro, Kant busca organizar, a partir de sua tábua das categorias, os diferentes pontos de vista a partir dos quais a reflexão ocorre; e segundo, ele se serve dessa estrutura lógica da reflexão para especificar aquilo que ele entende por *reflexão transcendental*. A reflexão transcendental, explica a autora, é aquela que compara representações sem perder de vista o poder cognitivo que lhes deu origem – sensibilidade ou entendimento. Assim, se a reflexão lógica fornece os quatros pares de pontos de vista nos quais ela se funda (igualdade e diferença; acordo e conflito; interioridade e exterioridade; e determinante e determinável), a reflexão transcendental indica que o primeiro membro desses pares é oriundo do entendimento ao passo que o segundo é oriundo da sensibilidade. O erro das ontologias precedentes, indica a autora, seria justamente o de confundir o uso meramente lógico dos conceitos de reflexão (realizado pelo entendimento) com o uso real desses mesmos conceitos (que remete à sensibilidade); é isso, argumenta de Boer, o que Kant vê como a raiz da falácia das ontologias que lhe precederam, a saber, aplicar conceitos puramente intelectuais, como por exemplo o de mônada, a objetos da sensibilidade – o que resultaria em uma diluição dos termos oriundos da sensibilidade naqueles oriundos do entendimento: a diferença na igualdade, o conflito no acordo, a exterioridade na interioridade e o determinável no determinante (p. 210). Assim, a ontologia reformada da analítica transcendental

deve ser capaz de não confundir o puramente intelectual com o sensível, a fim de não cair no erro das ontologias anteriores que reificaram aquilo que não poderia pertencer senão ao puramente intelectual.

Finalmente, o último capítulo é dedicado à reconstrução do sistema da razão pura – ou, segundo a tese da autora, do sistema da metafísica reformada – diversas vezes prometido por Kant, mas nunca levado a cabo. Como tese central deste capítulo de encerramento, a autora sustenta que “a lógica que anima a *Critica da Razão Pura* não pode ser devidamente apreendida a menos que se tome em consideração a ideia em nome da qual a obra foi realizada” (p. 213), isto é, a ideia de um sistema da razão. Em consonância com a tese geral do livro, de Boer argumenta que o sistema projetado seria uma versão reformada da metafísica tradicional, mas não propriamente da wolffiana enquanto tal, e sim daquela que Kant usualmente utilizava em suas próprias aulas: a *Metafísica* de Baumgarten. O sistema reformado seria segundo a autora subdividido em metafísica da moral e metafísica da natureza, sendo esta última subdividida em filosofia transcendental e fisiologia racional. A filosofia transcendental seria uma espécie de ontologia (ou metafísica geral) resultante de uma vistoria daquilo que Baumgarten denominava “predicados gerais de coisas” (pp. 223–24); ao passo que a fisiologia racional seria a metafísica especial, aqui subdividida em quatro partes: física racional, psicologia racional, cosmologia racional e teologia racional (pp. 230–32). Segundo de Boer, todas as cinco partes resultantes do sistema (ontologia, física racional, psicologia racional, cosmologia racional, teologia racional) teriam em comum o fato de que: (i) desenvolvem seus conteúdos a partir da tábua das categorias; (ii) não contêm elementos empíricos; (iii) não toleram juízos sintéticos a priori a respeito de coisas. Bem entendido, a ontologia (enquanto metafísica geral) bem como a física racional (em parte desenvolvida nos *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*) tratariam da totalidade “dos conceitos e princípios a priori que permitem à mente humana obter conhecimento de objetos da experiência e do sentido externo respectivamente” (p. 254); já a psicologia, cosmologia e teologia racionais deveriam “ser limitadas a predicados puramente intelectuais que permitem à mente humana conceber as ideias da razão de um modo determinado” (p. 254) e desempenhariam assim um papel importante na promoção das finalidades da razão humana ainda que não possam proporcionar cognições de objetos.

Deslocando a atenção assim do exame crítico da faculdade de conhecer para o exame crítico da metafísica e buscando valorizar não apenas a parte destrutiva do tribunal kantiano da razão pura, mas também a parte construtiva da arquitetônica da razão pura, de Boer presta um notável serviço para corrigir um déficit histórico na recepção kantiana. De um ponto de vista histórico, aoressaltar a continuidade com a metafísica anterior, a autora abre o horizonte para uma melhor compreensão da metafísica pós-kantiana em sua tentativa de sistematizar os ganhos da crítica da razão. Ainda de um ponto de vista histórico, cabe notar que o tratamento fornecido

pela autora da questão da física racional, como a única parte da metafísica especial que se refere a objetos da experiência possível, expressando assim uma tensão não resolvida entre pureza e concretude (p. 237), abre igualmente o horizonte para as questões centrais da *Opus postumum* kantiana. Já de um ponto de vista sistemático, ao valorizar o papel construtor da crítica da metafísica, a autora chama atenção para o fato de que o assim chamado destruidor de tudo foi também, e talvez acima de tudo, *o arquiteto de uma nova filosofia*.

Bibliografia

- ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1983.
- COHEN, H. *Kants Theorie der Erfahrung*. Berlim: Dümmler, 1871.
- FICHTE, J. G. „Beitrag zur Berichtigung der Urtheile des Publicums über die Französische Revolution“. In: *Gesamtausgabe der Bayerischen Akademie der Wissenschaften*. Editado por Erich Fuchs, Hans Gliwicki, Reinhard Lauth, e Peter Schneider. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1962–2012. [GA]
- GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- LANGTON, R. *Kantian Humility: Our Ignorance of Things in Themselves*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- LEBRUN, G. *Kant et la fin de la métaphysique*. Paris: Le Livre de Poche, 2003.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*, traduzido por C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- MENDELSSOHN, M. *Morgenstunden oder Vorlesungen über das Daseyn Gottes*. Berlim: Christian Friedrich Voß und Sohn, 1786.
- PATON, H. J. *Kant's Metaphysics of Experience. A commentary on the first half of the Kritik der reinen Vernunft*. Londres: George Allen and Unwin, 1936.
- SCHELLING, F. W. J. „System des transzendentalen Idealismus“. In: *Historisch-kritische Ausgabe im Auftrag der Bayrischen Akademie der Wissenschaften*. Editado por Thomas Buchheim, Jochem Hennigfeld, Wilhelm G. Jacobs, Jörg Jantzen e Siegbert Peetz. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1976–em curso. [HKA]
- SCHLEGEL, F. *Philosophische Vorlesungen aus den Jahren 1804 bis 1806*, 1. Teil, 2. Ausgabe. Bonn: Weber, 1846
- STRAWSON, P. *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. Londres: Routledge, 1975.
- WOLEŃSKI, J. *Handbook of Epistemology*. Editado por Ilkka Niiniluoto, Matti Sintonen e Jan Woleński. Dordrecht: Springer, 2004.

Recebido em: 03/2021

Aprovado em: 03/2021